



# Prefeitura de Santa Cruz do Rio Pardo

PROJETO DE LEI Nº 2.253 ARROV 17/03/08

ESTADO DE SÃO PAULO



## LEI Nº 2.253 , DE 19 DE MARÇO DE 2.008

Autoriza o Poder Executivo a firmar  
Côvénio e/ou Contrato com a  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO  
HABITACIONAL E URBANO DO  
ESTADO DE SÃO PAULO - CDHU.**

ADILSON DONIZETI MIRA, Prefeito do  
Município de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo, usando  
das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e  
ele sanciona e promulga a seguinte LEI :

**Artigo 1º** - Para a implantação de  
programa de construção de casas populares destinadas à população de  
baixa renda deste Município, com a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO  
HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CDHU, fica o  
Poder Executivo autorizado a estabelecer Convênio e/ou Contrato com a  
referida Entidade, do qual constarão, entre outras, as seguintes  
Cláusulas, fixando-se com responsabilidade e expensas do Município:

- I - Executar toda infra-estrutura básica necessária ao empreendimento, tais como: redes de abastecimento de água, rede de coleta e distribuição e tratamento de esgoto e energia elétrica, por seu próprio intermédio ou das respectivas empresas concessionárias de serviço público, conforme definidos nos respectivos pareceres de viabilidade técnica, bem como colocação de guias e sarjetas e manutenção das vias públicas do referido conjunto e apresentar o termo de compromisso geral referente a execução dos projetos e redes, anteriormente ou concomitantemente às obras de edificação do núcleo residencial em prazos compatíveis, para evitar eventuais atrasos na comercialização das unidades habitacionais;
- II - A elaboração do projeto e execução das obras de drenagem necessárias a implantação do conjunto;
- III - As obras de terraplanagem, inclusive locação de ruas, quadras e lotes quando das modalidades de Cesta de Materiais de Construção / Habiteto - CMC, Auto Construção - AC e Administração Direta - AD;



# Prefeitura de Santa Cruz do Rio Pardo

ESTADO DE SÃO PAULO



- IV - Que todas as despesas decorrentes de: certidões, emolumentos, taxas, aprovação de plantas do loteamento e das construções, solicitação de "Habite-se", com referência à área de terreno e do respectivo núcleo habitacional e todos os impostos e taxas incidentes sobre terrenos e/ou construções, quando ainda de propriedade da CDHU, seja de exclusiva responsabilidade e ônus da Prefeitura e/ou isenta de pagamento.

**Artigo 2º** - O Programa Habitacional será implantado em gleba de propriedade da CDHU e/ou de posse do município, a ser doado à CDHU.

**Artigo 3º** - Ficam isentos de tributos municipais os bens imóveis, móveis e os serviços integrantes do empreendimento que a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU implantar neste Município, até a comercialização do, referido Conjunto Habitacional, devendo após a Municipalidade lançar os referidos impostos em face dos mutuários beneficiados.

data de sua publicação.

**Artigo 4º** - Esta Lei entra em vigor na

Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo, 19 de Março de 2008.

**ADILSON DOMINGOS MIRANTE**  
Prefeito

**LUZIA REGINA DE MARCO SCARPIN**  
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

**MÉRCIO NIEL HERNANDES**  
Procurador Geral